



ST9. HISTÓRIA POLÍTICA

PODER, PERMANÊNCIA E LEGITIMIDADE POLÍTICA: UM DIÁLOGO DAS CONTRIBUIÇÕES DE PETER BURKE E MARC BLOCH

Fabricia Evellyn Araújo Medeiros¹
Amelia Neta Diniz de Oliveira²
José Adilson Filho³

Resumo: Este Trabalho resulta das discussões do grupo de estudos de “história e cultura política e cultura do tempo presente”, coordenado pelo prof. José Adilson Filho (UEPB) e tem como principal objetivo discutir as contribuições teóricas de Marc Bloch e Peter Burke para a análise das práticas e imaginários políticos, sobretudo, no tocante a permanência e legitimidade de governantes na esfera do poder político. Dialogaremos com as obras “Os reis Taumaturgos” de Marc Bloch e a “Fabricação do rei” de Peter Burke, no intuito de explicar como ambos trazem insights interessantes para a leitura e interpretação do político a partir do plano simbólico, isto é, da cultura, dos seus signos, habitus, e representações, imprescindíveis para a consagração e, as vezes, para a mitificação de certos atores políticos.

Palavras-chave: Poder Político. Representações. Imaginário.

INTRODUÇÃO

A História cultural política durante muito tempo ficou compreendida distante da experiência cotidiana dos indivíduos. No entanto desde a primeira geração da escola dos Annales fundada no século XX por Lucien Febvre e Marc Bloch, historiadores passam a produzir um novo tipo de conhecimento histórico, dando luz a novas problemáticas. Neste artigo pretendemos analisar a história política sob as perspectivas culturais presentes nas obras de Marc Bloch, historiador dos Annales e Peter Burke importante representante da história cultural.

¹ Aluna do curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba. Trabalho apresentado em simpósio temático de História Política. Maio de 2014. E-mail: fabriciaevellyn3@gmail.com.

² Aluna do curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba. Trabalho apresentado em simpósio temático de História Política. Maio de 2014. E-mail: meliadiniz.uepb@gmail.com.

³ Professor orientador, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professor titular da Universidade Estadual da Paraíba, Brasil.

Para os historiadores da história cultural, a cultura é uma rede de relações econômicas, sociais e mentais, que são praticadas nos espaços de vivência humana, formando uma teia de simbolismos que estabelece as identidades particulares de cada cultura. Desta forma as práticas e experiências da vida cotidiana dos indivíduos devem ser estudadas de forma a analisar seus impactos dentro das tradicionais instituições dominantes e ajudando para uma explicação da realidade.

As representações culturais são essenciais para dar significação as estruturas políticas existentes na sociedade, a partir das práticas de legitimação para permanência de um poder, imbrincadas na mentalidade humana. Utilizando conceitos presentes nas obras analisadas podemos percorrer pelos espaços de teorização, de representação e construção da nova história cultural política, e como elas tem o poder de modificar a realidade e as estruturas sociais.

RITOS, CURA E A SACRALIZAÇÃO DO PODER

Marc Bloch em seu livro ‘Os Reis Taumaturgos’ faz uma análise das práticas de cura realizadas pelos reis, em especial na Inglaterra e na França, se remetendo do século XIV até o século XVIII, ou seja, do seu auge até o momento que o rito começa a entrar em decadência. É referindo-se justamente a este contexto histórico, que o autor nos traz uma importante contribuição para analisarmos como estes reis taumaturgos que tinham o poder curativo do toque realizavam estes ritos, podendo dar significações e grande importância ao poder político vigente nesta época, chegando a sacralizar a imagem do rei e seu governo absoluto. Chama-nos atenção ainda mais para os significados e a importância que a cultura existente atribui a estes ritos, e como todo o contexto social da época favorece as práticas representativas do poder monárquico, a cura das escrófulas junto com todos os ritos que permeiam esta pratica constituindo toda a pompa e glória da realeza.

Na mesma linha Peter Burke em seu livro a ‘Fabricação do rei’ tratando-se mais do século XVII e da política representativa da corte de Luís XIV, mostra como já neste período a propaganda e a política de representação contribuem para a elaboração da imagem e do poder do homem político, mostrando aquilo que podemos chamar de “os bastidores da política” e de como o resultado destes bastidores são absorvidos pelo público a que é dirigido.

Quando remete-se ao período referente a Idade Média o poder atribuído a realiza conta com o apoio de uma instituição de alta importância e dominante neste período, a igreja católica. Desde os primórdios do toque e da popularização das curas das escrófulas a igreja já fazia parte desse ciclo e sacralizando esse ritual composto por inúmeros simbolismos, a doença em si já era simbólica pelo fato de ser uma peste que atingia as classes mais baixas da sociedade que ávidos pela melhora recorriam a todo tipo de tentativa de cura que lhes fossem indicados, chegando até a descoberta da cura pelo toque miraculoso dos reis.

Marc Bloch faz uma pesquisa detalhada da origem do toque até o que motiva o seu fim. Mas, os meios importantes para pensarmos sobre a legitimidade do poder e as permanências é questionarmos como esse ato taumaturgo regulamentado pela igreja

católica contribuiu para a existência secular de uma monarquia sagrada vista como a representante do próprio Deus na terra.

Em um contexto histórico em que a sociedade passa por grandes crises, a busca por um milagre era constante, indo em direção ao grande representante do povo na terra, o rei, que ganha apoio da igreja recebendo o sacramento da unção, a partir daí ninguém mais duvidará de seu poder, que, ungido com o óleo santo, trazido pela pomba, praticado regularmente por ritos que legitimam seu poder e o torna santo e deificado. Desde os primeiros relatos das práticas taumaturgas e de sua sacralização percebemos o quanto é forte para um político o apoio da instituição cristã e da criação de símbolos que possam andar junto com os fiéis.

Eventos regulares colocavam os fiéis aos pés de seus reis para que eles pudessem atuar e demonstrar seu status sagrado, não só a curar as escrúfulas, os reis também participavam de atos religiosos, distribuíam esmolas, sinais régios, anéis medicinais ungidos por suas mãos santas, ou tudo que ele houvesse tocado, da sua roupa até mesmo a água que usava para lavar as mãos, a crença atribui valor curativo a tudo, uma carga de simbolismos que só aumentava fortalecendo os ritos populares os quais permaneceram vivos por muito tempo, e mesmo quando a racionalização tentou atribuir-lhe menos importância continuaram mantendo sua resistência.

São verdadeiras teias de significados que estão fora de compreensão do nosso racionalismo moderno, mas que podemos teorizar acerca das representações políticas mais contemporâneas e até mesmo da vivência diária, de como se estabelece essa relação com o sagrado e como ela pode beneficiar a carreira e a imagem de um homem, dignificando-o e tornando-o exemplo segundo os preceitos morais.

Esta mesma união com o sagrado pode ser vista na descrição e construção da Imagem de Luís XIV, que recebe apoio das instituições clericais, estas mesmas articulando as melhores formas de elaboração de sua imagem, não sozinha mais junto com vários outros publicitários que transforma a adorada imagem do rei, vislumbrada e desejada por toda sua pompa, riqueza e aproximação com Deus.

Peter Burke analisa as representações em volta do Rei Luís XIV de modo significativo, para entendermos como se estabelece a preparação de um descendente monarca para assumir seu poder. A preocupação com a imagem do futuro rei começa desde a sua infância quando este deixa de ser representado como uma criança comum e passa a ser apresentado já com roupas e com poses diferenciadas, condizentes com sua nova posição.

Segundo Burke a preocupação com a imagem real era de tal importância que instituíam-se contratos com artistas, pintores e poetas, para produzirem a representação da imagem real ao seu público. A função destes artistas era tão importante e necessárias, que durante o século XVII e o reinado do mais bem representado rei Luís XIV, foram criadas academias de especialização de artistas em várias áreas, onde os mais destacados dentre estes iam trabalhar na produção da imagem do rei, contribuindo para a formação do grande mito do rei Sol.

O poder de rei era comumente representado ao público e demais famílias monarcas a partir de pinturas, esculturas, poemas, peças teatrais e construção de importantes monumentos que exaltavam e dimensionavam a sua figura. A representação

e a publicidade que era feita do rei instruía o seu povo a amá-lo e adorá-lo como um deus, a pessoa mais poderosa na terra de quem eles podiam aproximar-se em cortejos e festivais de apresentação.

É interessante pensarmos estes aspectos e relacioná-los com as representações que são feitas na política do tempo presente, atentando-nos a não cometermos anacronismos pensando que as mesmas representações são produzidas e aceitas pelo público do século XXI. Mas fazendo a mediação entre essas duas culturas conseguimos perceber pontos de ligação interessantes, e modelos que são aplicados na produção e representação política na nossa contemporaneidade, e ainda mais, que a cultura é um dos principais elos que ligam o político ao seu povo, conquistado pelo carisma e pela aproximação do representante político ao seu público.

Esta mediação realizada pelos políticos com seu público dá-se de diversas formas, onde as representações que são feitas deles é a melhor maneira de mantê-los permanentes na vida pública. Imagens e quadros de grandes mitos da política estavam, presentes nas casas do século XVII, e continuam presentes durante os séculos seguintes.

No que se refere as pesquisas sobre Luís XIV, a criação de símbolos é ponto de referência e marco de seu reinado, seu nascimento é pronunciado como o nascer do sol, símbolo que está presente em todas suas representações, e inclusive no modo como ele passa a ser chamado “O Rei Sol”. Mas toda grandiosidade do reinado de Luís XIV, encaminhada é claro por suas representações é fruto também de seu modo de governar.

O PODER E A CRISE DAS REPRESENTAÇÕES

Na obra de Peter Burke *A fabricação do Rei*, o autor nos aborda uma temática interessante a respeito da crise das representações, é importante atentamos para o fato de que existiam algumas comparações que incomodava um pouco a figura do rei. Um exemplo disso seria alguns problemas dos artistas e escritores, quando pretendiam fazer um trabalho para o rei, pois deparavam-se com representações muitas vezes, distorcidas do realidade havendo assim duas representações, uma real, imagem oficial do rei, e outra a imagem do cotidiano.

Na verdade existiam algumas características que deveria ser camufladas, eles maquiavam uma situação, ou melhor, uma imagem social, a altura, por exemplo, não era interessante ter um rei que media apenas 1,60m, pois não passaria para seus súditos a imagem de um grande rei, um grande homem, para isso usavam alguns disfarces básicos como os sapatos de salto que aumentavam consideravelmente o tamanho do Rei, e a peruca que também ajudavam, pois tinha volume e comprimento.

Assim dava-se sequência a fabricação de uma boa representação do Rei, para se impor como “grande personagem” e ainda agradar seus súditos, mas nem sempre isso ocorria de maneira harmônica, existiam algumas discordâncias a respeito das façanhas realizadas pelo o Rei, é o que podemos chamar de diferentes informações a respeito de determinado acontecimento, essas informações podiam ser oficiais, ou de outras fontes, onde ficavam obvio algumas contradições, um exemplo disso seria ”O mito do herói invencível era obviamente incompatível com as derrotas francesas (Burke, pag.137)”.

Possamos notar a seguinte questão, se o Rei era invencível como a França havia sofrido tantas derrotas anteriormente?

São problemáticas como essa que segundo Burke acaba gerando algumas discrepâncias em relação à imagem do rei, e que muitas vezes os responsáveis por tal imagem não conseguiam lidar com esses questionamentos. Como poderiam explicar então um evento que foi celebrado, por exemplo, em pinturas famosas, mas que não ocorreu? Para alguns historiadores é o que podemos chamar de “pseudoeventos”, portanto esses eventos podem ser chamados de problemas recorrentes ou até mesmo normais, para os soberanos.

Esse tipo de problema ligado à representação do Rei fica ainda mais evidente na metade do século XVII e podem ser facilmente divididas em “Declínio da Antiguidade e Declínio de correspondências”, esse embate se dar, sobretudo em trono do que seria mais importante para França os antigos heróis como Clovis, Carlos Magno ou as figuras contemporânea que trajavam trajes modernos? Quem venceu essa batalha foi praticamente o próprio Luís XIV, pois era o que mais se destacava em meio a esse debate.

Mas nem todos os problemas estavam resolvidos restava ainda o Declínio de correspondências, o que Burke chama ainda de “analogia orgânica” devemos pensar então a seguinte questão, o que essa analogia tem a ver com Luís XIV? É durante esse período que surge a Revolução Intelectual, aonde vai se construir imagens humanas que acabam sendo relacionadas aos mitos.

É dessa maneira que vai se construindo o poder simbólico das palavras, a palavra não vai ser apenas uma palavra, mas vai ser usada para representar indivíduos como o Rei, um exemplo disso é analogia entre o Rei e o Sol, pois os súditos vão fazer essa ligação, o Rei é tão poderoso e importante como o Sol. Logo esse tema torna-se inevitável e inquestionável, até surgirem nesse mesmo século intelectuais como: Descartes, Galileu e Locke, pois esses intelectuais vão passar a questionar determinadas situações como estas, relativas ao poder, e porque não a legitimidade do Rei, começando assim um declínio da representação real.

Nesse momento também aparece uma mudança de status da analogia, passa-se a trabalhar mais com a ideia do subjetivo, ignorando um pouco o objetivo, logo assim, o simbólico torna se mais apagado, contribuindo para o desprestígio do próprio ritual ligado ao poder do rei. Essa revolução acabou trazendo um pouco mais de razão para os súditos que até então acreditavam “cegamente no poder do rei”.

Para Bourdieu, esses Reis perderam um pouco do que ele chamaria de capital simbólico, mais do que os súditos, os próprios intelectuais deixaram bem claro em seus escritos. Um deles foi Locke que afirmavam o Rei não poderia ser visto como pai identificamos assim que o Rei perde boa parte da sua roupagem simbólica, na verdade é uma crise dos poderes do Rei. Logo assim, são muitos os estudiosos inclusive historiadores que falam em crise de legitimação⁴.

⁴ Utilizamos Pierre Bourdieu para melhor compreensão das dominações simbólicas que são exercidas pelas práticas políticas de representação, bem como das instituições e dos campos de dominação.

Um deles seria Marc Bloch, em seu livro “Os Reis Taumaturgos”, onde o autor aborda momentos onde o poder régio é colocado em dúvida, sobretudo em momentos de crise, onde as pessoas os procuram em busca de uma cura, em que desencantamento é bem maior quando essa não é realizada. Pois é em momentos de crise que os poderes do rei é mais solicitado, tendo que se manifestar para socorrer seus súditos.

Dessa maneira a figura constituída do Rei, enquanto pai, piedoso, bondoso aquele que cura todos os males, figura que foi fabricada, passam a ser sinônimos de desconfiança e de “zombaria” pelos intelectuais, que descrevem o Rei da França como um grande mágico, colocando em questão toda uma imagem que foi construída para “tornar felizes seus amados súditos”, logo o Rei e sua equipe de serviçais tem que se postarem a fim de legitimar seu poder para sociedade.

CULTURA, REPRESENTAÇÃO E PERMANÊNCIA DO POLÍTICO

No tocante a vários aspectos que dizem respeito aos legítimos representantes de uma sociedade, as análises de determinados campos são necessários para o entendimento da constituição e da elevação de um nome ao poder. Desde a antiguidade a sociedade é comandada por determinados líderes, aptos a esta elevação por fatores muitas vezes despercebidos ao nosso entendimento comum.

Alguns critérios são importantes para a escolha de um representante, e ainda em nossa contemporaneidade são comumente levados em conta. Que fatores tão importantes permitem essa elevação ao poder? Uma pessoa aparentemente comum, desprivilegiada de tais fatores pode chegar a exercer a política? Como a cultura contribui nesse estágio? São algumas perguntas que nos põe a refletir.

No que diz respeito aos períodos abordados por Peter Burke e Marc Bloch em suas obras, o comando da sociedade tinha por base uma monarquia, que dava a pessoa do rei plenos poderes para governar seu povo. Um rei tinha por característica básica a descendência monárquica, sendo predestinado desde o seu nascimento a dar continuidade ao legado de sua família. Mas é claro que para seu reinado ser bem sucedido não basta apenas a descendência.

O carisma do soberano é essencial para seu êxito e reconhecimento enquanto tal, seu carisma junto com a construção de sua imagem demonstravam materialmente, fisicamente e simbolicamente o tamanho de seu poder. A cultura também é um dos fatores que leva a admiração de um monarca por parte de seus súditos, pois em uma cultura cristã em que o rei era a representação do próprio Deus na terra, e que a igreja consagrava sua pessoa no momento de sua subida ao trono, logicamente ele seria sacralizado, respeitado e adorado.

Trazendo tais perspectivas para a cultura política do tempo presente, muito nos parece familiar. Nos cargos político ocupados em nossa contemporaneidade a questão da descendência, do carisma e da cultura são fatores essenciais para a consagração do poder, obviamente não estamos falando do mesmo período ou de um modelo monárquico, mas muito nos parece presente. O próprio Peter Burke nos adverte.

É claro que um estudo deste tipo é filho de seu tempo. Já em 1912, a exploração da glória de Luís XIV fazia um estudioso francês pensar na publicidade contemporânea. (...) Em termos modernos, o que me interessa é a venda de Luís XIV, o pacote do monarca, com ideologia, propaganda e a manipulação da opinião pública. (PETET BURKE, 2009, p. 15)

Isto aparece principalmente quando falamos em política regional, em que ainda conta a herança de um nome de família bem sucedida politicamente. Pais, filhos e netos seguem os passos de seus predecessores e que preparam seus sucessores, mas, isto só é permitido mais uma vez, devido ao carisma, as velhas prévias e as novas publicidades que legitima os políticos.

Podemos observar essas características nas eleições políticas locais, onde se identifica a permanência de uma mesma família no poder por várias gerações. No Brasil, por exemplo, vem desde o seu período de formação, em que famílias de posses comandavam os assuntos políticos em cada região, e para não perder o seu poder preparavam seus descendentes e realizavam acordos políticos, exercendo grande dominação na política local. Esta dominação encontra-se presente até hoje, e estar imbrincada na mentalidade da população que elegem a mesma família e os levam ao poder, durante anos, por questões de tradição.

Desde a época de Luís XIV e dos monarcas taumaturgos já existiam as inúmeras formas de publicitar e de vender a imagem do rei ou do governante social. As maneiras adequam-se ao seu tempo e novas estratégias são elaboradas, mais o intuito continua sendo o mesmo, levar a aceitação e a permanência do político na sociedade.

A figura pública do rei na Idade Moderna era apresentada aos seus súditos de maneira a exaltar sua superioridade, eram realizados verdadeiros rituais de aparição ao público, que corriam para ver aquela imagem sagrada, fazia-se de tudo para acompanhar o rei em seu dia-a-dia, e um cortejo estava sempre presente desde a hora de seu levantar até a hora de seu deitar para acompanhar seus momentos mais particulares.

A cultura popular do tempo presente, de certa forma dispensa tal grau de hierarquização, e nos cortejos públicos ou “passeatas” o político tem cada vez mais se misturado ao seu povo, esse é o novo carisma que o político do presente deve possuir, aquele que mistura-se ao seu povo, que o abraça, que conversa e se aproxima para falar daquilo que ele mais precisa.

Entretanto, mesmo com essa nova aproximação, a imagem do político está sendo sempre produzida, suas aparições precisam ser bem elaboradas, são até mesmo contratadas pessoas para os produzirem, sua roupa, seu cabelo, postura, a elaboração de seus discursos, ele precisa manter até mesmo certo grau de cultura, e de conhecimento para se impor como figura superior e de poder.

Afinal, quem irá elevar ao poder uma figura que não se impõe, que não sabe falar abertamente ao seu público e que não os entende, ou que encontra-se fisicamente em situação degradante? A partir dessas contribuições teóricas voltamos o olhar para as várias características dos nossos representantes, para o jogo de estratégias, que vendem a figura do político nos levando a comprar inocentemente sua imagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, pensamos ter demonstrado as imensas contribuições que as novas perspectivas historiográficas do século XX foram capazes de nos proporcionar, com novas abordagens dos diversos aspectos da vida social, portanto, podemos analisar como as práticas culturais vigentes em determinada época interferem na constituição da cultura e das identidades políticas que são formadas ao longo dos séculos.

Por intermédio de Marc Bloch e Peter Burke podemos dar significados a cultura política do tempo presente, mesmo que eles tratem de séculos anteriores ao nosso. Contudo, como a própria historiografia dos Annales nos propõe trabalhar com a ideia de continuidade, conseguimos fazer esta ponte teórica que liga práticas e conceitos dos séculos XVII ao XIX até o nosso atual século XX.

Desta forma, uma das maiores questões que foram suscitadas pelo grupo de estudos foram as formações de grandes mitos políticos, identificados a partir de uma leitura sócio-cultural do poder político e de sua permanência. Compreendemos que a história política é hoje, uma história da cultura, o que torna as obras analisadas de extrema importância para sua compreensão.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da Crença: Contribuição para uma economia dos bens simbólicos.** 3.ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.